



**MINISTÈRE
DE L'EUROPE
ET DES AFFAIRES
ÉTRANGÈRES**

*Liberté
Égalité
Fraternité*

Direção de Imóveis e Logística

Projetos Mundo

Agência Imobiliária Regional Europa

CONTRATO DE OBRAS

CADERNO DE CLÁUSULAS ADMINISTRATIVAS ESPECIAIS (CCAP)

Entidade adjudicante responsável pela gestão do projeto

Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros

Embaixada de França em Portugal

Representante da entidade adjudicante (RPA)

Embaixadora da França em Portugal

Responsável pela operação

Direção de Imóveis e Logística (DIL/Projetos Mundo)

Antena Imobiliária Europa

Objeto do contrato

LISBOA - Igreja de São Luís dos Franceses - Trabalhos de conformidade

em Lisboa - Portugal

Este documento foi traduzido livremente para o português. Em caso de contradição com o francês, o francês prevalece.

Índice

ARTIGO 1. OBJETO DA CONSULTA.....	5
1.1 Objeto do contrato e local de execução	5
1.2 Principais características da operação	5
1.3 Designações dos intervenientes	5
1.3.1 Entidade adjudicante (MOA)	5
1.3.2 Gestão da obra (MOE).....	5
1.3.3 Ordenação, Pilotagem e Coordenação da obra (OPC).....	5
1.3.4 Controlo técnico (CT).....	5
1.3.5 Coordenação para a segurança e proteção da saúde (CSPS).....	6
ARTIGO 2. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO	6
2.1 Língua do contrato	6
2.2 Decomposição do contrato	6
2.2.1 Forma do contrato	6
2.2.2 Lotes.....	6
2.2.3 Opções	6
2.2.4 Parcelas	6
2.2.5 Fases.....	6
2.2.6 Modalidades de renovação	6
2.3 Prazos de execução	6
2.4 Ordens de serviço.....	6
2.5 Subcontratação	7
ARTIGO 3. Documentos constitutivos do contrato	7
ARTIGO 4. Preços e liquidação de contas.....	7
4.1 Conteúdo e natureza dos preços praticados	7
4.2 Dia de intempérie: definição de acordo com o artigo 18.2.3 do CCAG obras.....	8
4.3 Obrigações específicas do adjudicatário	8
4.4 Liquidação de contas - Pagamento	9
4.4.1 Generalidades	9
A liquidação de contas é efetuada em conformidade com o artigo 12 do CCAG-Travaux.....	9
4.4.2 Repartição dos pagamentos	9
4.4.3 Repartição das despesas comuns	9
4.4.5 Aplicação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).....	9
4.5 Variação de preços	10
4.5.1 Mês de fixação dos preços	10
4.5.2 Escolha dos índices de referência	10
4.5.3 Modalidades de revisão dos preços	10
4.5.4 Contabilista público responsável.....	11
4.5.5 Prazos de pagamento	11

ARTIGO 5. CLÁUSULAS DE FINANCIAMENTO E DE SEGURANÇA	11
5.1 Retenção de garantia.....	11
5.2 Adiantamento	12
ARTIGO 6 PREPARAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS TRABALHOS	12
6.1 Período de preparação	12
6.2 Lembrete das funções dos diferentes intervenientes no projeto - ordens - homem-obra.....	13
6.3 - Coordenadas operacionais dos intervenientes no projeto	14
6.4 Restrições da obra objeto do presente contrato.....	14
6.5 Planos previstos no presente contrato - organização espacial do local das obras.....	14
6.6 - Comitologia (ou organização da tomada de decisões) do projeto	15
6.7 Horários da obra e prazo de aviso prévio	17
6.8 Instalações a realizar pelas empresas	17
6.9 Planos de execução, nota de cálculo, estudos detalhados, documentos técnicos, cotas	17
ARTIGO 7 - HIGIENE E SEGURANÇA DO LOCAL DAS OBRAS	17
7.1 Medidas de segurança.....	17
7.2 Efetivos/recursos humanos	17
7.3 Supervisão do pessoal.....	17
7.4 Meios materiais	18
7.5 Danos causados às vias/equipamentos públicos	18
7.6 Autorizações administrativas	18
7.7 Segurança e proteção da saúde dos trabalhadores no estaleiro	18
7.7.1 Princípios gerais.....	18
7.7.2 Obrigações do titular	18
7.7.3 Obrigações do titular em relação aos subcontratantes	18
7.7.4 Trabalhadores estrangeiros	18
7.7.5 Trabalhadores com capacidades físicas limitadas	18
7.7.6 Consultas médicas	18
7.7.8 Comportamento do pessoal	18
ARTIGO 8 - PRAZO DE EXECUÇÃO - PENALIDADES - PRÉMIO DE ADIANTAMENTO	19
8.1 Prazo de execução	19
8.2 Penalidades	19
8.2.1 Penalidade diária por atraso	19
8.2.2 Penalidade por ausência e atraso nas reuniões da obra	19
8.2.3 Penalidades por atraso	19
8.2.4 Penalidades por infrações.....	19
8.2.5 Retirada das instalações do local das obras e restauração do local.....	19
8.2.6 Combate ao trabalho clandestino	20
8.2.7 Penalidades diversas	20
ARTIGO 9 - OPERAÇÕES DE VERIFICAÇÃO, RECEÇÃO, ADIAMENTO, REFATURAÇÃO E RECUSA	20
9.1 Ensaio e controlo das obras em curso.....	20

9.2 Receção e receção parcial	20
9.3 Disponibilização de determinadas obras ou partes de obras.....	21
ARTIGO 10 - RESPONSABILIDADE E SEGUROS	21
10.1 Garantias contratuais.....	21
10.1.1 Prazos de garantia	21
10.1.2 Recurso à garantia.....	21
10.2 Seguros.....	21
10.2.1 Seguro de responsabilidade civil durante as obras	21
10.2.2 Seguro contra todos os riscos da obra	21
10.2.3 Seguro de garantia decenal	21
ARTIGO 11 - NOTIFICAÇÃO	22
ARTIGO 12 - RESCISÃO DO CONTRATO	22
12.1 Rescisão por incumprimento das obrigações legais	22
12.2 Efeitos da rescisão.....	22
ARTIGO 13 - TRABALHOS NÃO PREVISTOS	22
13.1 Trabalhos modificativos	22
13.2 Excedência do montante inicial dos trabalhos	22
P13.3 Serviços semelhantes	23
ARTIGO 14 - REGULAMENTOS E LITÍGIOS.....	23
14.1 Disposições aplicáveis em caso de adjudicatário estrangeiro	23
14.2 Instância responsável pelos procedimentos de recurso.....	23
ARTIGO 15 - DERROGAÇÕES AOS DOCUMENTOS GERAIS.....	23

ARTIGO 1. OBJETO DA CONSULTA

1.1 Objeto do contrato e local de execução

Nome da operação:

«Lisboa - Igreja de São Luís dos Franceses - Trabalhos de conformidade, em Lisboa - Portugal»

Local de execução das obras:

Igreja de São Luís dos Franceses
Beco de São Luís da Pena 34,
1150-336 Lisboa, Portugal

1.2 Principais características da operação

O presente concurso diz respeito às obras de adaptação às normas de segurança contra incêndios, acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e remodelação das instalações nos pisos da Igreja de São Luís dos Franceses, em Lisboa, Portugal.

As obras previstas incluem principalmente a adaptação às normas de segurança contra incêndios, a adaptação para acessibilidade e a remodelação interior.

O projeto inclui também uma parte relativa à «remoção de amianto».

1.3 Designações dos intervenientes

1.3.1 Entidade adjudicante (MOA)

Designação da entidade adjudicante:

Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros
Embaixada da França em Portugal
Representada pela Embaixadora da França em Portugal

Responsável pela condução das operações:

A condução da operação será assegurada pela antena imobiliária Europa da Direção de Imóveis e Logística, com sede em Paris.

- o Ponto de contacto: emilie.trinh@diplomatie.gouv.fr

1.3.2 Gestão da obra (MOE)

A gestão de obra é assegurada por um agrupamento designado no presente contrato como Mestre de Obra:

PEDRO CARRILHO

Alameda Dos Oceanos, Lote 4.42.01.D, 5º Esquerdo
Lisboa, Parque das Nações, 1990-353 Moscavide
office@pedrocarrilho.pt
+35 12 10 99 93 77

A missão do Mestre de Obra é uma missão em conformidade com a lei MOP francesa (Lei nº 85-704, de 12 de julho de 1985, relativa à gestão de obras públicas e às suas relações com a gestão de obras privadas) incorporada no Código de Contratação Pública. Inclui as missões de estudo e acompanhamento da execução das obras.

1.3.3 Ordenação, Pilotagem e Coordenação da obra (OPC)

O responsável pela missão de ordenação, pilotagem e coordenação da obra: PEDRO CARRILHO.

1.3.4 Controlo técnico (CT)

Os trabalhos objeto do contrato estão sujeitos ao controlo técnico realizado por:

A designar em breve.

1.3.5 Coordenação para a segurança e proteção da saúde (CSPS)

As obras objeto do contrato estão sujeitas à coordenação para a segurança e proteção da saúde, que será realizada por:

A designar em breve.

ARTIGO 2. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO

2.1 Língua do contrato

As propostas dos candidatos serão redigidas inteiramente em francês ou francês e português. No entanto, apenas a versão francesa faz fé e as eventuais traduções necessárias ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato ficam a seu cargo.

A língua de trabalho oral e escrita, bem como as produções do adjudicatário, serão em francês e/ou inglês, conforme decidido durante o período de preparação da obra.

2.2 Decomposição do contrato

2.2.1 Forma do contrato

Trata-se de um contrato com preço global e fixo.

2.2.2 Lotes

O contrato não é dividido em lotes, uma vez que o Mestre de Obra não pode garantir a organização, a gestão e a coordenação dos trabalhos previstos no estrangeiro num contexto multicultural e multilingue não controlado.

No entanto, para facilitar o acompanhamento das prestações, nomeadamente em termos contabilísticos, foi identificada uma decomposição por postos técnicos:

Postos	Designação
01	ARQUITETURA E ARRANJOS EXTERIORES
02	ESTRUTURA
03	REDES DE ÁGUA
04	REDES DE ESCOAMENTO
05	SINALIZAÇÃO E INCÊNDIO
06	VENTILAÇÃO
07	ELETRICIDADE

2.2.3 Opções

Sem objeto.

2.2.4 Parcelas

Não está prevista a divisão em parcelas.

2.2.5 Fases

Não está prevista a divisão em fases. Deve consultar-se o calendário provisório anexo ao dossiê de consulta às empresas. No entanto, uma vez que a igreja recebe público durante o ano, o calendário da igreja deverá ser tido em conta na análise do calendário proposto.

2.2.6 Modalidades de renovação

O presente contrato não é renovável.

2.3 Prazos de execução

O prazo de execução, bem como as modalidades do seu início, estão fixados no artigo 2.8 do ato de compromisso do presente contrato.

2.4 Ordens de serviço

A ordem de serviço é a decisão do Mestre de Obra que especifica as modalidades de execução da totalidade ou de parte das prestações que constituem o objeto do contrato.

As ordens de serviço são preparadas pelo empreiteiro e datadas e assinadas pelo Mestre de Obra;

As reservas que uma ordem de serviço suscita por parte do titular são notificadas à Entidade Empregadora no prazo de quinze dias após a sua receção.

Apenas as ordens de serviço notificadas pela Entidade Empregadora ao titular serão oponíveis a este último.

2.5 Subcontratação

De acordo com o CCAG-Travaux, o recurso à subcontratação é autorizado, de acordo com as seguintes condições:

Um subcontratante só pode exercer as suas funções desde que, por um lado, o cliente o tenha aceite e aprovado as suas condições de pagamento e, por outro lado, tenha enviado ao coordenador de segurança e proteção da saúde dos trabalhadores um plano específico de segurança e proteção da saúde para os seus trabalhos.

Os trabalhos executados por subcontratantes são pagos diretamente pelo comprador nas condições estipuladas pelo ato especial de subcontratação DC4 anexado ao processo de consulta.

Em caso de subcontratação indireta, os subcontratantes deverão fazer com que os seus subcontratantes indiretos (também denominados de nível inferior) sejam aceites nas mesmas condições que os subcontratantes diretos.

ARTIGO 3. Documentos constitutivos do contrato

Em derrogação ao artigo 4.1 do CCAG obras francesas, os documentos contratuais do contrato são, por ordem de prioridade decrescente:

- o ato de compromisso e seus anexos:
 - a definição do contrato;
 - os eventuais atos especiais de declaração de subcontratação (DC4);
 - a lista de perguntas e respostas na fase de consulta aos candidatos;
- o presente caderno de cláusulas administrativas particulares (CCAP)
- Conjunto de documentos gráficos dos lotes técnicos e arquitetónicos
- o caderno de cláusulas técnicas específicas (CCTP) e os seus documentos gráficos;
- o caderno de cláusulas administrativas gerais dos contratos públicos de obras ([decreto de 30 de março de 2021](#));
- o calendário provisório;
- o calendário de execução das obras definido no final do período de preparação e notificado ao adjudicatário por ordem de serviço;
- o quadro de decomposição do preço global e fixo (DPGF) preenchido. Este último só será considerado como documento contratual para a determinação dos preços unitários utilizados para o pagamento das prestações mensais e dos trabalhos adicionais que possam ser encomendados pela Entidade Empregadora. Não poderá, portanto, servir para dar qualquer indicação contratual sobre as quantidades ou a natureza das obras e fornecimentos a executar pelo adjudicatário do contrato.
- a proposta técnica do adjudicatário;
- os atos especiais de subcontratação e os seus eventuais atos modificativos, posteriores à notificação do contrato;

Em caso de contradição entre as estipulações dos documentos contratuais do contrato, estas prevalecem na ordem de prioridade acima indicada.

ARTIGO 4. Preços e liquidação de contas

4.1 Conteúdo e natureza dos preços praticados

O presente contrato é tratado a um preço global e fixo mencionado no ato de compromisso e reproduzido no quadro de decomposição do preço global e fixo (DPGF).

A oferta de preço é estabelecida com base nas condições económicas em vigor no **mês M0** mencionado na página de rosto do ato de compromisso.

Os preços são expressos em euros sem Imposto sobre o Valor Acrescentado (sem IVA) e são considerados como incluindo todas as despesas resultantes da execução dos trabalhos e serviços, incluindo despesas gerais, impostos e taxas, e garantindo ao adjudicatário uma margem para riscos e lucros.

Em complemento às disposições do artigo 9.1 do CCAG-Travaux, os preços são considerados como tendo em conta todas as restrições de execução dos trabalhos e serviços que são normalmente previsíveis nas condições de tempo e local onde esses trabalhos e serviços são executados, incluindo nomeadamente:

- eventuais custos de tradução necessários ao adjudicatário;
- os custos de organização dos diferentes prestadores de serviços no local da obra;
- a consideração das intempéries, em conformidade com os artigos 4.2 do presente CCAP e 18.2.3 do CCAG travaux français;
- a consideração de eventuais paralisações do estaleiro para trabalhos ruidosos decididas pelo cliente, em conformidade com as cláusulas a seguir relativas à organização do estaleiro (artigo 6.7);
- a vigilância, iluminação e limpeza das partes comuns da obra, bem como a sua sinalização exterior;
- as instalações da obra, meios de acesso e percursos, bem como as suas evoluções nas diferentes fases da obra;
- eventuais despesas relacionadas com o cumprimento das prescrições de segurança impostas pelas cláusulas a seguir e durante as reuniões com o cliente;
- a presença de canalizações, condutas e cabos de qualquer natureza, bem como as obras necessárias para a deslocação ou transformação dessas instalações;
- os custos resultantes da eliminação dos resíduos da obra;
- os fluidos (água, eletricidade, assinaturas de Internet e telefone) da obra;

Considera-se que o empreiteiro tomou conhecimento dos locais e de todos os elementos relacionados com a execução dos trabalhos.

Considera-se que o empreiteiro previu, durante a análise da sua proposta, e incluiu no seu preço todas as alterações e adições eventualmente necessárias à execução das obras, decorrentes de imprecisões, contradições ou omissões que possam existir nos documentos do contrato.

As empresas são obrigadas a verificar a exatidão das quantidades antes da apresentação da sua proposta. Nenhuma reclamação da empresa poderá ser considerada após a assinatura do contrato.

4.2 Dia de intempérie: definição de acordo com o artigo 18.2.3 do CCAG obras

Pode ser considerado como dia de intempérie, na aceção do artigo 18.2.3 do CCAG obras, qualquer fenómeno climático excecional cuja importância torne impossível ou perigosa a realização do trabalho. A noção de perigo pode ser avaliada em relação à saúde ou segurança dos trabalhadores, ou ainda em relação à natureza do trabalho ou à técnica utilizada. Esses fenómenos climáticos impedem, portanto, a execução normal dos trabalhos.

4.3 Obrigações específicas do adjudicatário

No prazo de 20 dias a contar da data de notificação do contrato, o empreiteiro deverá fornecer, a pedido do Mestre de Obra, todos os documentos que lhe permitam obter informações complementares sobre os preços propostos pelo empreiteiro (detalhe de cada um dos preços no âmbito dos preços unitários, discriminação do estado de determinados preços, do estado dos preços fixos de acordo com a discriminação tipo anexa).

4.4 Liquidação de contas - Pagamento

4.4.1 Generalidades

A liquidação de contas é efetuada em conformidade com o artigo 12 do CCAG-Travaux.

As faturas ou situações são entregues simultaneamente em mão durante as reuniões de obra e enviadas por e-mail à gestão de obra, com cópia para o Mestre de Obra, também em formato editável.

Os elementos que não forem entregues ou enviados por e-mail ou carta com aviso de receção ao empreiteiro, com cópia para o cliente, serão considerados como não recebidos.

A decomposição dos preços fixos servirá, por um lado, para estabelecer os projetos de liquidação e, por outro, para estimar e liquidar os trabalhos modificativos que possam ocorrer durante a execução, por iniciativa do cliente.

Os preços serão acrescidos da taxa de IVA em vigor no momento da elaboração dos documentos de mandato.

O titular deverá fornecer um estado previsional dos pagamentos correspondentes ao avanço real dos trabalhos, mês a mês, de acordo com o calendário contratual e os preços iniciais.

4.4.2 Repartição dos pagamentos

O ato de compromisso indica o que deve ser pago ao empreiteiro titular do contrato e aos seus co-contratantes, se for o caso.

4.4.3 Repartição das despesas comuns

O adjudicatário é responsável pela gestão e repartição das despesas comuns a todas as empresas que intervêm no local, nomeadamente a utilização de contentores de obra, as despesas de aquecimento, água e eletricidade da obra, a limpeza das bases VIE e arredores da obra. Deve consultar-se o CCTC (prescrições comuns a todos os corpos de estado) e o plano geral de coordenação.

No que diz respeito especificamente à água e à eletricidade, cada entidade assume o seu consumo de fluidos:

- o titular pela base VIE, a sua atividade de obra (incluindo a de eventuais co-contratantes e subcontratantes);
- o Mestre de Obra pela atividade dos seus serviços e eventuais subcontratantes.

Será feita uma leitura do contador no início da obra (o valor do consumo será nulo) e, em seguida, será feita uma leitura periódica (a periodicidade será escolhida durante o período de preparação: mensal, trimestral, semestral ou anual) para permitir a refaturação dos consumos da empresa. O pagamento das faturas de fluidos é feito através de uma menos-valia nas declarações de adiantamento mensais emitidas pelo titular.

Aquando da transmissão do projeto de liquidação final, o titular estabelecerá uma síntese dos fluidos faturados em menos-valia nos extratos de conta mensais anteriores. Caso contrário, a liquidação final não será processada.

4.4.5 Aplicação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

As empresas domiciliadas em França serão faturadas sem IVA. Para as empresas domiciliadas fora de França, o regime de aplicação do IVA dependerá do país de domicílio da empresa e será contratualizado durante a elaboração do contrato antes da assinatura.

Tradicionalmente, de acordo com os acordos intergovernamentais, ou os trabalhos nas embaixadas francesas estão isentos de IVA, ou o IVA é devido, mas pode ser reembolsado ao Estado francês pelo Ministério das Finanças do país de domicílio da empresa a pagar.

Os montantes dos adiantamentos mensais e do saldo são calculados aplicando as taxas de IVA em vigor no momento da execução dos serviços.

Esses montantes podem ser retificados para efeitos de estabelecimento da conta geral, aplicando as taxas de IVA em vigor no momento da execução dos serviços.

4.5 Variação de preços

As repercussões sobre os preços de mercado das variações dos elementos constitutivos do custo dos serviços são consideradas reguladas pelas seguintes disposições:

Os preços são revisáveis mediante a aplicação de uma fórmula representativa da evolução do custo dos serviços e de acordo com as modalidades fixadas nos artigos 4.5.2 e 4.5.3

As indemnizações, penalidades, retenções e prémios são estabelecidos sem IVA e não são afetados pela aplicação da cláusula de variação de preços.

4.5.1 Mês de fixação dos preços

Os preços são considerados estabelecidos com base nas condições económicas do mês anterior ao mês de apresentação das propostas. Este mês é denominado «Mês zero» (M0) e consta do ato de compromisso.

4.5.2 Escolha dos índices de referência

Os índices de referência I escolhidos devido às suas estruturas para a revisão dos trabalhos que fazem parte do conjunto de lotes estão disponíveis no site do INSEE.

Os índices e referências escolhidos em função dos seus critérios são aplicáveis aos lotes 1 a 6, conforme indicado na tabela abaixo.

Os índices de referência são aplicados aos seguintes preços:

Postos	Designação	Índice		Preço
01	ARQUITETURA E ARQUITETURA EXTERIOR	BT50	Renovação e manutenção de todos os tipos de obras	a todos os preços
02	ESTRUTURA	BT54	Estrutura de madeira	a todos os preços
03	REDES DE ÁGUA	TP10f	Canalizações, saneamento e abastecimento de água com fornecimento de tubos multimateriais	a todos os preços
04	REDES DE EVACUAÇÃO	TP10f	Canalizações, saneamento e abastecimento de água com fornecimento de tubos multimateriais	a todos os preços
05	SINALIZAÇÃO E INCÊNDIO	BT41	Eletricidade	a todos os preços
06	VENTILAÇÃO	BT41	Ventilação e ar condicionado	a todos os preços
07	ELETRICIDADE	BT47	Eletricidade	a todos os preços

A variação dos preços não se aplica a penalizações e prémios.

A variação dos preços não se aplica a retenções nem a indemnizações, exceto as de rescisão ou espera.

Para as indemnizações por rescisão ou espera, a variação é calculada com o primeiro índice definido na tabela acima.

4.5.3 Modalidades de revisão dos preços

O coeficiente de revisão C_n é dado pela fórmula

$$C_n = I_n / I_0$$

Com: I_0 = Valor inicial do índice do mês de estabelecimento dos preços «mês 0»

I_n = Valor do índice do mês de execução dos trabalhos

A periodicidade da revisão segue a periodicidade do adiantamento.

No entanto, se o período de liquidação do adiantamento for superior a 1 mês, o mês a ter em conta é o último mês do período.

Em aplicação do primeiro parágrafo do artigo R. 2191-27 do CCP, o valor final das referências utilizadas para a aplicação desta cláusula é avaliado, o mais tardar, na data de realização contratual das prestações ou na data de realização real, se esta for anterior.

Quando uma revisão tiver sido efetuada provisoriamente utilizando um índice anterior ao que deve ser aplicado, não será efetuada qualquer outra revisão antes da revisão definitiva, que ocorrerá no primeiro pagamento após a publicação do índice correspondente.

4.5.4 Contabilista público responsável

O contabilista público responsável pelos pagamentos é designado a seguir:

Diretora especializada em finanças públicas para o estrangeiro,

Endereço postal: 30 rue Malville, 44040 Nantes Cedex 1

Telefone: +33 (0) 2 40 16 12 00

E-mail: dsfipe@dgfip.finances.gouv.fr

4.5.5 Prazos de pagamento

O prazo de pagamento é de 30 dias a partir da receção do pedido de pagamento. Nenhum pedido de pagamento pode ser enviado antes da realização dos serviços.

ARTIGO 5. CLÁUSULAS DE FINANCIAMENTO E DE SEGURANÇA

5.1 Retenção de garantia

Cada pagamento estará sujeito a uma retenção de garantia à taxa de 5% nas seguintes condições:

- A retenção de garantia tem como único objetivo cobrir as reservas formuladas durante o prazo de garantia de perfeito acabamento, quando os defeitos não eram aparentes ou as suas consequências não eram identificáveis no momento da receção.
- A retenção de garantia é deduzida por frações dos adiantamentos, dos pagamentos parciais definitivos e do saldo.
- Na eventualidade de o montante das somas devidas ao titular não permitir a cobrança da retenção de garantia, este é obrigado a constituir uma garantia à primeira solicitação.
- A retenção de garantia é reembolsada no prazo de trinta dias a contar da data de expiração do prazo de garantia. No entanto, se tiverem sido notificadas reservas ao credor durante o prazo de garantia e estas não tiverem sido levantadas antes do termo desse prazo, a retenção de garantia é reembolsada no prazo de trinta dias após a data do seu levantamento.

A retenção de garantia pode ser substituída, a critério do titular, por uma garantia à primeira solicitação:

- A garantia de substituição é constituída pelo montante total do contrato, incluindo as alterações em curso de execução.
- O montante da garantia de substituição não pode ser superior ao da retenção de garantia que substitui.
- A garantia de substituição é fornecida pelo mandatário pelo valor total do contrato.
- Na eventualidade de a garantia de substituição não ser constituída ou completada, o mais tardar, na data em que o titular apresentar o pedido de pagamento correspondente ao primeiro adiantamento, a fração da retenção de garantia correspondente ao adiantamento é deduzida pelo comprador.
- A entidade que presta a garantia é escolhida entre os terceiros aprovados pela Autoridade de Controlo Prudencial e de Resolução em França. Quando essa entidade é estrangeira, é validada pelo promotor após receção de todos os documentos comprovativos considerados úteis pelo adjudicatário.
- O comprador pode recusar a entidade que deve fornecer a sua garantia.

A retenção de garantia é reembolsada e as instituições que concederam a sua garantia à primeira solicitação são liberadas no prazo máximo de um mês após o término do prazo de garantia de perfeito acabamento.

5.2 Adiantamento

É concedido um adiantamento ao titular, se o montante inicial do contrato for superior a 50 000 € sem IVA e na medida em que o prazo de execução for superior a 2 meses. O prazo de pagamento deste adiantamento começa a contar a partir da notificação da ordem de serviço que dá início à execução do contrato ou, na sua falta, a partir da data de notificação do contrato. O titular pode recusar receber este adiantamento.

Sendo a duração do contrato inferior ou igual a doze meses, o montante do adiantamento é fixado em 30 % do montante inicial, incluindo todos os impostos, do contrato.

No caso de a empresa domiciliada em França ser faturada sem IVA, o adiantamento de 30% será calculado sobre o montante sem impostos do contrato.

O reembolso escalonado do adiantamento começa a ser deduzido dos montantes devidos ao adjudicatário quando o montante dos serviços executados pelo adjudicatário atingir 65% do montante total do contrato, incluindo impostos, e deve ser concluído quando o montante dos serviços executados pelo adjudicatário atingir 80% do montante total do contrato, incluindo impostos.

ARTIGO 6 PREPARAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

6.1 Período de preparação

A duração do período de preparação é especificada no artigo 5 do contrato.

O Mestre de Obra organizará uma reunião de lançamento e uma reunião de validação do período de preparação com o empreiteiro, o controlador técnico, o coordenador de segurança e proteção da saúde, o embaixador da França, a direção de segurança diplomática, a direção digital, a direção de meios postais e alguns funcionários da embaixada associados à organização do projeto.

Antes do início das obras, o titular procederá às operações a seguir descritas:

- Nomeação dos subcontratantes;
- Elaboração pelos empreiteiros e apresentação para aprovação do Mestre de Obra e do CSPS, nas condições previstas no artigo 28-2 do CCAG-Travaux:
 - do programa de execução das obras, ao qual é anexado o projeto das instalações do local das obras e das obras provisórias (base VIE, zona de escritórios modulares para os agentes deslocados, acessos e percursos previstos, sua ligação às redes de água, eletricidade e saneamento e suas datas de realização) com a ajuda de planos;
 - o calendário detalhado de execução (estabelecido pelo OPC em função dos prazos por tarefa transmitidos pelas empresas) aceite e assinado por todas as empresas, em ligação com o mestre de obras, responsável pela missão OPC. Para além do calendário detalhado de execução, será preparado pelo titular um calendário simplificado das macrofases da obra objeto de receções parciais. Uma vez validados pelos serviços da embaixada, estes calendários tornar-se-ão contratuais para a aplicação de penalizações.
 - Os dias e horários das reuniões de obra serão fixados com precisão. O empreiteiro é obrigado a estar presente ou representado nas reuniões, se for convocado pelo Mestre de Obra. A pontualidade será rigorosa.
- Estes pontos serão solicitados na primeira reunião de obra (reunião de lançamento). As empresas terão uma semana para fornecer estes documentos. No final do período de preparação, o calendário de execução será notificado às empresas por ordem de serviço.
- Verificação dos planos de execução das obras, notas de cálculo e estudos detalhados nas condições previstas no artigo 29.2 do CCAG-Travaux e no artigo 6.2 abaixo;
- Inventário realizado com o Mestre de Obra;

- Obtém-se os passes para todo o pessoal suscetível de intervir na obra. Esta etapa deve ser antecipada desde a ordem de serviço de arranque, dada a necessidade de se dispor de todas as cópias dos documentos de identidade do pessoal que intervém na obra.
- Estabelecimento das composições dos preços fixos que permitem elaborar os relatórios mensais dos trabalhos. Enquanto se aguarda o seu estabelecimento, os projetos de liquidação são elaborados a partir das composições anexadas ao ato de compromisso;
- Entrega dos elementos (plantas, notas técnicas utilizadas para a elaboração do DIUO (dossiê de intervenção posterior na obra)).

6.2 Lembrete das funções dos diferentes intervenientes no projeto - ordens - homem-obra

O serviço utilizador (EMBAIXADA e Igreja de São Luís dos Franceses):

- o embaixador de França ou o número dois (em substituição): é o representante da entidade adjudicante do presente contrato. A sua função é validar todas as propostas de organização e planeamento apresentadas durante o prazo de execução da obra, em conformidade com o presente contrato de obras.
- O secretário-geral da embaixada (SGA): o seu papel é representar o embaixador ou o número dois nas reuniões relacionadas com a obra e fazer a ligação com os serviços da embaixada para organizar da melhor forma a continuidade da sua atividade.
- Reitor da Igreja de São Luís dos Franceses: é o responsável pela Igreja de São Luís dos Franceses

O responsável pela operação (DIL): A DIREÇÃO DE IMÓVEIS E LOGÍSTICA (DIL)

- O chefe de projeto: o seu papel é acompanhar a execução do presente contrato, garantindo o cumprimento dos custos, prazos e qualidade. Ele é o único responsável pela ligação entre os operadores privados (gestão de obras, empresas de construção, controlador técnico, coordenador de segurança e proteção da saúde) e o serviço utilizador.

O Mestre de Obra (MOE): Pedro Carrilho

- O responsável pelo projeto MOE: a sua função é acompanhar a execução das obras no respeito pelas cláusulas do presente contrato, pelos prazos, custos e qualidade exigidos. Ele faz a ligação entre as empresas responsáveis pelas obras e o responsável pela operação.

O controlador técnico (CT): a definir

- O controlador técnico: a sua função é garantir o cumprimento das normas nos diferentes domínios que lhe são confiados, de acordo com as normas europeias e francesas exigidas no presente contrato.

O coordenador de segurança e proteção da saúde (CSPS): a definir

- O CSPS: o seu papel é garantir a proteção da saúde e a segurança dos trabalhadores e dos agentes do serviço utilizador durante a obra, propondo, validando e controlando as disposições relativas à organização, à circulação de bens e pessoas no local, à coatividade das empresas, à instalação das zonas de obra (base de vida, zonas de trabalho, etc.).

O adjudicatário do presente contrato só pode responder às ordens do Mestre de Obra. Se uma ordem direta ao adjudicatário for emitida pelo representante do serviço utilizador, pelo controlador técnico ou pelo coordenador de segurança e proteção da saúde, o adjudicatário deve obter a validação prévia do Mestre de Obra ou do responsável pela operação antes da sua aplicação.

As ordens que afetem o planeamento da operação, o conteúdo ou o custo dos trabalhos ou qualquer outro elemento estruturante (de organização, segurança, continuidade da atividade, imagem, etc.) serão objeto de uma ordem de serviço assinada pelo Mestre de Obra.

Para pequenos ajustes diários não estruturais, basta uma troca de e-mails.

O titular deverá nomear dentro da sua equipa:

- Um representante do agrupamento capaz de comprometer o titular em decisões estruturais relacionadas com aspetos contratuais, técnicos e financeiros;
- Um chefe de obra presente no local, interlocutor privilegiado do empreiteiro e dos outros intervenientes, responsável pela execução da obra e pelas pessoas presentes no local;
- Um responsável pelo tráfego: dedicado diariamente à organização e ao controlo das entradas e saídas do pessoal ligado ao titular no local (controlo da identidade dos trabalhadores, receção de entregas, camiões, etc.). Este estará presente e visível, nomeadamente, na abertura da obra pela manhã, no início da tarde após a pausa para almoço e durante todas as entregas previstas no calendário. Manterá diariamente um registo de presença de todo o pessoal presente no local num determinado momento. Ocupará a guarita de controlo de acesso descrita no CCTP.

6.3 - Coordenadas operacionais dos intervenientes no projeto

A tabela com os dados precisos e operacionais de todos os intervenientes relacionados com o projeto será elaborada pelo titular durante o período de preparação da obra e deverá caber numa página A4, ser atualizada sempre que houver uma mudança de pessoa e ser afixada nas instalações da embaixada.

6.4 Restrições da obra objeto do presente contrato

Aqui estão as principais restrições da obra objeto do presente contrato, das quais decorrem todas as cláusulas de organização descritas no presente CCAP:

O local das obras é uma propriedade diplomática: isso implica

- A confidencialidade de todas as trocas relativas ao projeto entre os intervenientes;
- A organização da obra para manter a inviolabilidade da propriedade;
- O necessário controlo de todas as pessoas físicas que entrarem no local;

A exemplaridade na manutenção da obra (limpeza, revestimento exterior, comportamento dos trabalhadores, etc.) para respeitar a imagem da embaixada

6.5 Planos previstos no presente contrato - organização espacial do local das obras

A organização do projeto e a multiplicidade de intervenientes implicam a produção de vários níveis de planeamento:

- O planeamento detalhado da execução: trata-se do planeamento contratual completo e detalhado da execução, documento técnico privilegiado de trabalho entre o empreiteiro e o titular. É estabelecido durante o período de preparação e torna-se contratual no final do período de preparação;
- O calendário simplificado das macrofases da obra: este planeamento, uma versão simplificada do planeamento detalhado da execução, permite definir as macrofases da obra. Dentro das macrofases, a organização precisa das tarefas poderá ser modulada (de acordo com as restrições, imprevistos diversos, condições meteorológicas, etc.) em acordo com a direção da obra, que indicará mensalmente a versão em vigor do plano de execução detalhado;
- O calendário mensal: Trata-se de um documento de comunicação, não técnico, entre as empresas e o serviço utilizador, a preparar e apresentar em cada COPIL mensal do mês N, cujo modelo será validado durante o período de preparação. Deve ser compreensível por todos e incluir os seguintes itens, em formato A3:
 - o Os principais trabalhos ou grupos de trabalhos a realizar nos meses N+1 e N+2, a título de recordação;
 - o Os marcos de eventuais movimentações de pessoal, mobiliário, arquivos e materiais nos 2 meses;
 - o As datas e durações dos eventos da residência e outros serviços (receções, visitas oficiais, almoços, eventos diversos, etc.) com impacto na obra;
 - o Os períodos excecionais de trabalhos não ruidosos induzidos pelos eventos acima mencionados e os períodos excecionais de trabalhos ruidosos induzidos por determinados trabalhos específicos;
 - o Os marcos relativos às mudanças na disposição espacial dos fluxos de pessoas, entradas/saídas, acessos, circulações. Será enviado um plano em formato A3 relacionado com cada nova disposição espacial para explicar essas disposições;
 - o Os eventuais impactos singulares decorrentes da obra (ruídos ou incómodos visuais excecionais, cortes, etc.) na atividade de um ou vários serviços da embaixada;

O calendário mensal do mês N (em curso) não poderá ser alterado pelo titular, salvo imprevistos estruturais imprevisíveis e com o acordo da entidade adjudicante e da entidade gestora. O titular

poderá, excepcionalmente, solicitar a alteração da margem do calendário mensal do mês N+1 validado no COPIL até 10 dias corridos antes do início do mês N+1. O calendário mensal do mês N+2 pode ser ajustado até ao COPIL do mês N+1.

A organização espacial da obra, que muda ao longo das fases dos trabalhos, deverá ser objeto de um ou vários planos em formato A4 ou A3, a cores, fáceis de compreender, preparados para cada COPIL, indicando, no mínimo:

- As datas de validade da disposição apresentada;
- Para os exteriores:
 - o Os acessos e circulações dos agentes, operários, público e entregas, indicados por setas;
 - o A localização precisa das barreiras que delimitam o estaleiro do exterior e as zonas no interior.
 - o A eventual ocupação do solo por andaimes e outras instalações em altura;
 - o A localização das câmaras de vigilância e dos detetores de presença;
- Para interiores, por piso (do edifício existente e dos escritórios modulares):
 - o As zonas em obras inacessíveis e com acesso proibido (se se tratar de uma remoção de amianto, prever uma sinalização regulamentar específica em francês, inglês e finlandês proibindo o acesso);
 - o As zonas de armazenamento eventualmente utilizadas no interior dos edifícios;
 - o Locais que podem ser utilizados com total segurança e seus acessos;
 - o A denominação e a localização dos serviços nas instalações;
 - o A disposição do mobiliário nos escritórios modulares de acordo com os serviços alojados;

6.6 - Comitologia (ou organização da tomada de decisões) do projeto

A comitologia (ou organização da tomada de decisão) consiste em definir como são tomadas as decisões sobre este projeto. As decisões relativas à execução do projeto serão tomadas, nomeadamente, nas seguintes reuniões obrigatórias:

- A REUNIÃO DE LANÇAMENTO do período de preparação, nos 15 dias úteis seguintes à notificação do contrato: Apresentação dos intervenientes, das especificidades da obra, do calendário de execução detalhado, das instalações da obra e dos escritórios modulares, das modalidades de organização entre os intervenientes ligados ao projeto (formato das transmissões, comunicações, formato das atas, partilha de informações, etc.), etc.
- O COPIL DE VALIDAÇÃO do período de preparação, no final do período de preparação: validação do calendário detalhado de execução dos trabalhos, do calendário dos eventos da residência, das instalações do local das obras, das modalidades de organização entre os intervenientes ligados ao projeto, etc.
- COPIL MENSAL com todos os intervenientes:

Um comité de pilotagem será organizado mensalmente pelo mestre de obras (responsável pela missão de ordenação, coordenação e pilotagem) com pelo menos um representante de cada interveniente com capacidade de decisão (empresa, CT, CSPS, DIL, embaixada). A ordem do dia mínima dessas reuniões, transmitida pelo menos 5 dias úteis antes da reunião, será a seguinte:

- o Validação do calendário (trabalhos, perturbações) do mês N+1;
- o Apresentação do calendário (obras, incómodos) do mês N+2 para parecer;
- o Validação da organização espacial (circulação, zonas de obras, instalações do estaleiro, restrições específicas relacionadas com as obras ou serviços dos utilizadores, etc.) do estaleiro do mês N+1;
- o Apresentação da organização espacial (circulação, zonas de obras, instalações do estaleiro, restrições específicas relacionadas com as obras ou serviços dos utilizadores, etc.) do estaleiro do mês N+2 para parecer;
- o Validação da lista do pessoal envolvido no mês N+1 (enviar a tabela com as identidades de todos os trabalhadores previstos e, para cada trabalhador, uma cópia de um documento de identidade válido);

- o Apresentação da lista do pessoal envolvido no mês N+2 para parecer (enviar a tabela com as identidades de todos os trabalhadores previstos);
- o Relatório sobre o andamento dos trabalhos do mês N decorrido (com fotos);
- o Ponto sobre os contratos e os aspetos financeiros;
- o Ponto eventual sobre o plano de execução detalhado;
- o Ponto eventual do CSPS e/ou do CT;

Em caso de imprevistos importantes, poderá ser organizado um COPIL extraordinário, mediante proposta do MOE e validação da DIL.

Para as reuniões acima referidas, o Mestre de Obra encarrega-se de convidar todas as partes interessadas no projeto (serviços utilizadores, CT, CSPS, MOE, empresa de obras, direção de segurança diplomática, direção digital, direção de meios dos postos), anima a reunião, valida a ordem do dia proposta pelo MOE e as conclusões propostas pelo MOE. O MOE encarrega-se de coordenar a produção de todas as contribuições, de acordo com os modelos de documentos definidos no período preparatório, e de analisá-las para identificar as decisões a tomar durante essas reuniões. A empresa fornece os modelos dos documentos recorrentes, preenche-os e atualiza-os para cada reunião, prepara as impressões em papel durante as reuniões (1 cópia completa do dossiê por pessoa presente na reunião).

- REUNIÕES SEMANAIS DE OBRA com o MOE e a empresa:

O empreiteiro organizará a ordem do dia e conduzirá essas reuniões com o titular do presente contrato. A embaixada e a DIL serão convidadas e poderão estar representadas.

- Trocadas REATIVAS entre os intervenientes ligados ao projeto por e-mail permitirão uma tomada de decisão rápida para o acompanhamento diário da obra. Dada a distância entre o responsável pela operação, alguns membros da direção da obra e a sede da embaixada, o cliente reserva-se o direito de utilizar um sistema de mensagens instantâneas. Este ponto será discutido durante o período de preparação.

Para todas as reuniões em geral:

- O registo das decisões tomadas, constatações, instruções ou observações será transmitido no prazo de 2 dias úteis após a reunião, pelo responsável pela obra. Sem comentários dos intervenientes no prazo de 5 dias úteis após a sua transmissão, será considerado validado, divulgado a todos e tornar-se-á contratual e executório para o titular;
- As instruções registadas pelo empreiteiro na ata da reunião de obra valem como ordens de execução para cada empreiteiro interessado, devendo ser imediatamente executadas com a diligência do chefe de obra.
- Os documentos não técnicos da reunião (organização espacial, planos mensais, etc.) devem ser legíveis, facilmente compreensíveis e em formato A4 ou A3. Serão impressos pelo titular a cores para cada reunião que envolva os serviços da embaixada (uma cópia por pessoa presente).
- O empreiteiro é obrigado a comparecer às reuniões convocadas pelo mestre de obras, que deverá avisar com pelo menos 24 horas de antecedência, ou a delegar o seu representante com poderes para comprometer a empresa e dar, imediatamente, as ordens necessárias aos agentes da empresa no local das obras.
- A presença de todos os empreiteiros convocados para as reuniões no local da obra é indispensável para a coordenação necessária ao bom andamento dos trabalhos. A ausência de um empreiteiro ou a sua substituição por pessoas insuficientemente qualificadas, por qualquer motivo, implica a responsabilidade do empreiteiro faltoso, e o facto é mencionado no livro de obras referido abaixo.
- O Empreiteiro é responsável, em caso de incumprimento das disposições do presente artigo, pelos danos daí resultantes.

6.7 Horários da obra e prazo de aviso prévio

A obra respeitará os seguintes horários, que poderão ser alterados pontualmente nos planos mensais, de acordo com as necessidades e em função dos eventos da igreja, feriados locais ou calendário diplomático:

- Horários de acesso autorizados à zona da obra:

Segunda-feira	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
8h-18h	8h-18h	8h-18h	8h-18h	8h-18h		

- Horário para a realização de trabalhos ruidosos:

Segunda-feira	Terça	Quarta	Quinta	Sexta-feira	Sábado	Domingo
8h-18h	8h-18h	8h-18h	8h-18h	8h-18h		

6.8 Instalações a realizar pelas empresas

A empresa é responsável pelas instalações especificadas no CCTP.

6.9 Planos de execução, nota de cálculo, estudos detalhados, documentos técnicos, cotas

Os estudos e planos de execução são da responsabilidade da direção da obra.

Todos os planos de fabricação, de oficina e de obra serão da responsabilidade da empresa, que deverá submetê-los ao responsável pela obra e ao gabinete de controlo, se for o caso, seguindo o procedimento de aprovação.

A empresa deve verificar as cotas antes da execução dos trabalhos.

ARTIGO 7 - HIGIENE E SEGURANÇA DO LOCAL DAS OBRAS

7.1 Medidas de segurança

O titular respeita as prescrições descritas no CCTP, nomeadamente as do CCTC.

7.2 Efetivos/recursos humanos

Os recursos humanos necessários para a execução dos serviços descritos no CCTP são fixados pelo adjudicatário na proposta técnica para cada um dos lotes.

Chama-se a atenção do adjudicatário para o facto de que o pessoal afetado ao estaleiro deverá ser em número suficiente para realizar todas as operações previstas no presente contrato. Em caso de insuficiência constatada no que diz respeito ao nível de qualidade dos serviços ou ao prazo de execução, o adjudicatário aumentará, a suas expensas, durante a execução do contrato, o número de pessoas afetadas a estas operações, se tal se revelar necessário.

Além disso, a entidade adjudicante pode exigir a substituição imediata de qualquer agente com o qual não esteja satisfeita. O pessoal do adjudicatário deve respeitar o regulamento interno da embaixada.

7.3 Supervisão do pessoal

O adjudicatário designará um agente responsável pela supervisão e disciplina do pessoal, pelo modo de execução das prestações e pela aplicação das cláusulas técnicas do CCTP. Este será o correspondente exclusivo que representará o adjudicatário junto da entidade adjudicante e transmitirá o seu número de telefone para chamadas diretas, bem como o seu número de telemóvel e endereço de e-mail.

Este agente informará a entidade adjudicante de todos os problemas encontrados na execução dos serviços.

7.4 Meios materiais

O material necessário para a execução dos serviços descritos no CCTP é definido pelo adjudicatário na proposta técnica.

7.5 Danos causados às vias/equipamentos públicos

Os danos causados às vias/equipamentos públicos são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

7.6 Autorizações administrativas

A empresa encarrega-se da obtenção das autorizações de ocupação temporária do domínio público, das licenças de via pública necessárias para a realização das obras, bem como de todas as autorizações necessárias para a execução da operação.

A cópia de toda a correspondência relativa a estas diligências deve ser enviada à Entidade Empregadora.

7.7 Segurança e proteção da saúde dos trabalhadores no estaleiro

7.7.1 Princípios gerais

A natureza e o âmbito das obrigações que incumbem ao titular em aplicação da legislação local devem ser respeitados em matéria de segurança e proteção da saúde dos trabalhadores.

Em caso de perigo(s) grave(s) e iminente(s) que ameace(m) a segurança ou a saúde de um interveniente ou de um terceiro (tais como queda de altura, soterramento, etc.), o Mestre de Obra deve tomar as medidas necessárias para eliminar o perigo. Para tal, pode interromper a totalidade ou parte da obra.

O Mestre de Obra também pode solicitar ao titular que ponha fim às situações que ameaçam a segurança de um dos intervenientes.

7.7.2 Obrigações do titular

O titular comunica diretamente ao CSPS os seguintes documentos para aprovação:

- o PPSPS (plano específico de segurança e proteção da saúde dos trabalhadores);
- todos os documentos relativos à segurança e proteção da saúde dos trabalhadores;
- a lista atualizada das pessoas que ele autoriza a aceder ao local das obras;
- nos cinco dias seguintes ao início do período de preparação, o número previsto de trabalhadores afetados ao estaleiro;
- os nomes e contactos de todos os subcontratantes, independentemente do seu nível hierárquico. Mantém à sua disposição os respetivos contratos;
- a cópia das declarações de acidentes de trabalho.

7.7.3 Obrigações do titular em relação aos subcontratantes

O titular compromete-se a incluir em todos os contratos de subcontratação as cláusulas necessárias para garantir a segurança e proteger a saúde dos trabalhadores, com a eventual ajuda do CSPS.

7.7.4 Trabalhadores estrangeiros

O adjudicatário entrega à entidade adjudicante uma declaração sob compromisso de honra indicando a sua intenção ou não de recorrer a trabalhadores de nacionalidade estrangeira para a execução das prestações objeto do contrato e, em caso afirmativo, certificando que esses trabalhadores estão ou estarão autorizados a exercer uma atividade profissional no local e que disporão de documentos em regra (visto, documentos de identidade).

7.7.5 Trabalhadores com capacidades físicas limitadas

A proporção máxima de trabalhadores com capacidades limitadas e a sua remuneração em relação ao número total de trabalhadores da mesma categoria, empregados na execução dos serviços objeto do contrato, estarão em conformidade com a regulamentação local em vigor.

7.7.6 Consultas médicas

As consultas médicas estarão em conformidade com as regras estabelecidas no código do trabalho local.

7.7.8 Comportamento do pessoal

O pessoal deve demonstrar discrição profissional em relação a todos os factos, informações ou documentos de que tenha conhecimento no exercício das suas funções (CCAG-Travaux - Artigo 5.1).

ARTIGO 8 - PRAZO DE EXECUÇÃO - PENALIDADES - PRÉMIO DE ADIANTAMENTO

8.1 Prazo de execução

Os prazos de execução estão detalhados no artigo 2.3 do presente CCAP.

O calendário provisório de execução estabelecido na fase de estudos pelo empreiteiro é transmitido nos documentos de consulta.

De acordo com o artigo 18-2 do CCAG-Travaux, a prorrogação do prazo de execução só pode resultar de uma cláusula adicional, exceto no caso de uma prorrogação induzida por dias de intempérie realmente constatados (de acordo com o artigo 4.2 do CCAP) notificados por ordem de serviço.

O presente contrato não é renovável.

8.2 Penalidades

Em derrogação ao artigo 19.2.1 do CCAG-Travaux, as penalidades são aplicáveis a partir do primeiro euro.

8.2.1 Penalidade diária por atraso

Em derrogação ao artigo 19.2.3 do CCAG-Travaux, o empreiteiro incorre, por cada dia civil de atraso na conclusão dos trabalhos globais ou de uma macrofase, em relação ao calendário de execução, numa penalidade diária de 1000 € sem IVA.

8.2.2 Penalidade por ausência e atraso nas reuniões da obra

Em caso de ausência nas reuniões da obra, na receção das obras e em qualquer reunião convocada pela direção da obra, será aplicada uma penalidade fixa de 300 € sem IVA a qualquer empreiteiro ausente devidamente convocado. Será aplicada uma penalidade fixa de 100 € sem IVA em caso de atraso superior a quinze minutos.

Será considerado ausente qualquer empreiteiro representado por uma pessoa incompetente, insuficientemente informada sobre a obra ou sem capacidade para comprometer a empresa.

8.2.3 Penalidades por atraso

- Entrega de documentos de estudo de acordo com o calendário de estudo: 150 € sem IVA. Por documento e por dia de atraso.
- Entrega do orçamento no prazo de 10 dias corridos após a solicitação do MOE: 150 € sem impostos. Por documento e por dia de atraso.
- Entrega de amostras de acordo com o calendário do estudo: 150 € sem IVA por amostra e por dia de atraso.

8.2.4 Penalidades por infrações

Caso as prescrições abaixo não sejam cumpridas, serão aplicadas penalidades independentes das previstas nos artigos 8-3-1 a 8-3-3 acima e com as quais se acumulam.

Estas penalidades serão aplicadas de pleno direito, mediante simples constatação das infrações pelo Mestre de Obra e após notificação por escrito no local das obras de que a prescrição deve ser cumprida, o mais tardar, no dia seguinte.

Serão deduzidas das situações mensais:

- Utilização de telemóvel em reuniões no local da obra: 50 € sem IVA
- Ausência ou falta de limpeza do local da obra: 200 € sem IVA
- Ausência ou falta de limpeza das instalações da base de operações: 200 € sem IVA
- Ausência ou falta de limpeza das áreas de armazenamento do local das obras: 200 € sem IVA
- Presença de um acompanhante no local fora da lista de pessoas autorizadas: 200 € sem IVA
- Ausência ou não utilização de equipamentos de proteção individual: 300 € sem IVA
- Ausência ou falta de proteção coletiva: 300 € sem IVA
- Outras infrações às regras de higiene e segurança: 200 € sem IVA
- Trabalhos ruidosos fora dos horários autorizados: 100 € sem IVA
- Acesso ao estaleiro deixado aberto e sem vigilância: 100 € sem IVA

8.2.5 Retirada das instalações do local das obras e restauração do local

Estipulações em conformidade com o artigo 37 do CCAG-Travaux.

Em caso de atraso, as operações serão realizadas às custas do empreiteiro após notificação sem efeito, sem prejuízo de uma penalidade de 200 € sem IVA por dia de atraso.

8.2.6 Combate ao trabalho clandestino

Se o titular não conseguir provar em 24 horas a regularidade administrativa de um dos trabalhadores no local, poderá ser aplicada uma penalidade de 3 000 € sem IVA.

8.2.7 Penalidades diversas

Em caso de incumprimento por parte de uma empresa ou subcontratante das disposições do artigo 7 do presente CCAP relativas à saúde ou segurança dos trabalhadores ou aos prazos de entrega dos documentos esperados a este respeito, será aplicada uma penalidade igual a 200 € sem IVA por constatação ou por dia civil de atraso sobre os montantes devidos ao empreiteiro.

ARTIGO 9 - OPERAÇÕES DE VERIFICAÇÃO, RECEÇÃO, ADIAMENTO, REFATURAÇÃO E RECUSA

9.1 Ensaios e controlo das obras em curso

Os ensaios e controlos das obras ou partes de obras previstos no CCTP são da responsabilidade do empreiteiro.

Se a Entidade Empregadora prescrever outros ensaios ou controlos para as obras, estes serão da responsabilidade da Entidade Empregadora, caso esta não possa provar a existência de uma falha da empresa responsável pela obra. Caso contrário, esses ensaios e controlos serão da responsabilidade do empreiteiro.

9.2 Receção e receção parcial

A receção é o ato pelo qual o cliente aceita, com ou sem reservas, a obra executada nas condições definidas no artigo 41 do CCAG-Travaux.

Cada macrofase será objeto de uma receção parcial, em conformidade com as disposições do artigo 42.2 do CCAG-Travaux: A tomada de posse pelo cliente, antes da conclusão da totalidade das obras, de determinadas obras ou partes de obras, implica a transferência da guarda das obras e deve ser precedida de uma receção parcial cujas condições são fixadas a seguir e notificadas por ordem de serviço. Estas condições devem incluir, pelo menos, a elaboração de um inventário contraditório.

No caso de realização de uma obra com funcionalidade e autonomia próprias, poderão ser declaradas receções parciais de acordo com as mesmas disposições aplicáveis às macrofases.

Tendo em conta a importância do cumprimento dos prazos das macrofases para os serviços utilizadores, é derogada a aplicação dos artigos 41 e 42 do CCAG Travaux (Contrato-quadro de prestação de serviços de obras) apenas para respeitar o seguinte modo de operação de condução das receções parciais de cada macrofase:

- O titular informa por e-mail (ou carta com aviso de receção) o empreiteiro, com cópia para o cliente, pelo menos 15 dias corridos antes do prazo máximo da macrofase, sobre a sua intenção de conduzir as operações prévias à receção.
- O empreiteiro, após ter convocado o titular, procede às operações prévias à receção da macrofase, o mais tardar 5 dias úteis antes do termo do prazo máximo da macrofase, e elabora uma ata das reservas que notifica por ordem de serviço ao titular no prazo máximo de 24 horas;
- As reservas formuladas na ata devem ser levantadas pelo titular em 5 dias úteis (ou mais, com parecer fundamentado do responsável pela obra na ordem de serviço de notificação da ata). Em caso de atraso no levantamento das reservas formuladas, poderão ser aplicadas penalidades provisórias de atraso relacionadas com a macrofase não concluída. O titular será também responsável pelo eventual atraso na notificação da ordem de serviço para iniciar a macrofase seguinte e pelo adiamento e consequências no prazo global da operação.
- No final deste prazo, é organizado uma nova procedimento de receção;
- Se o novo procedimento de receção não for conclusivo, a Entidade Empregadora terá o direito de mandar executar os referidos trabalhos pela empresa da sua escolha, após notificação prévia, a expensas e por conta do empreiteiro inadimplente.

Este procedimento de receção, com prazos restritos, requer trocas frequentes e eficazes no local da obra e em reuniões, a fim de evitar quaisquer reservas ou defeitos importantes.

Cada receção parcial fará correr o prazo de garantia específico das obras recebidas a partir da data de efeito dessa receção.

No entanto, as garantias constituídas para a realização das diferentes partes das obras, objeto do contrato, serão mantidas no seu montante até ao termo do prazo de garantia da última obra recebida. Elas poderão ser utilizadas a título de garantia de perfeito acabamento específica para cada uma das obras recebidas.

Disposição especial:

Salvo disposição em contrário no CCTP, a receção só pode ser declarada sob reserva da execução conclusiva dos testes ou da verificação do desempenho.

9.3 Disponibilização de determinadas obras ou partes de obras

Poderá ser prescrito ao titular, por ordem de serviço, que coloque à disposição da Entidade Empregadora determinadas obras ou partes de obras. Será elaborado um inventário contraditório.

ARTIGO 10 - RESPONSABILIDADE E SEGUROS

10.1 Garantias contratuais

10.1.1 Prazos de garantia

Os prazos de garantia são previstos de acordo com as disposições do artigo 44.1 do CCAG-Travaux.

O prazo de garantia de perfeito acabamento é fixado em um ano.

Além das disposições do CCAG-Travaux, o titular deve prever uma garantia de bom funcionamento (também chamada de garantia do fabricante) de todos os equipamentos técnicos instalados (ou seja, todos os elementos de equipamento que podem ser separados da estrutura sem a danificar) de 2 anos.

10.1.2 Recurso à garantia

O empreiteiro poderá ser chamado à garantia pela Entidade Empregadora por quaisquer danos a terceiros decorrentes da execução do presente contrato, mesmo após a pronúncia da receção das obras, mesmo que esses danos não fossem aparentes nem conhecidos à data da receção. Se os danos forem aparentes e conhecidos antes do estabelecimento da conta geral, poderão ser objeto de uma estimativa quantificada e ser retidos no saldo do presente contrato, sem prejuízo de eventuais chamadas em garantia.

10.2 Seguros

10.2.1 Seguro de responsabilidade civil durante as obras

Os titulares e, se for o caso, os seus subcontratantes, devem estar cobertos por uma apólice de seguro destinada a cobrir a sua responsabilidade civil em caso de danos causados a terceiros, incluindo o Mestre de Obra, em consequência de quaisquer danos corporais, materiais e imateriais decorrentes da operação em curso ou após a sua receção.

10.2.2 Seguro contra todos os riscos da obra

O titular deve subscrever uma apólice de seguro contra todos os riscos da obra (em seu nome e em nome dos seus co-contratantes e subcontratantes) cujo objetivo é cobrir, durante o prazo de execução, todos os danos materiais causados à obra final ou à obra provisória, tais como um colapso, um incêndio, danos causados pela água, tempestades e roubos de materiais a partir do seu depósito no local da obra. O montante garantido dos trabalhos de reparação é estabelecido de acordo com os termos do contrato de obras e a seguradora renuncia a solicitar qualquer forma de redução ou abatimento desse montante.

10.2.3 Seguro de garantia decenal

Os titulares e, se for o caso, os seus subcontratados, devem estar cobertos por uma apólice de seguro destinada a cobrir, a partir da data de entrada em vigor da última receção parcial, todas as reparações de danos que afetem a solidez da construção ou tornem a obra imprópria para o seu destino **durante 10 anos**, nas obras realizadas no âmbito do local das obras.

ARTIGO 11 - NOTIFICAÇÃO

No caso de prestações não conformes, a entidade adjudicante ou o seu representante pode, por carta registada com aviso de receção, notificar o adjudicatário para corrigir todas as não conformidades constatadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas (em derrogação ao artigo 52.1 do CCAG obras), a contar da receção da carta de notificação.

Se, no termo desse prazo, o adjudicatário não puder assegurar a prestação normal desses serviços, a entidade adjudicante ou o seu representante pode providenciar a sua prestação por conta e risco do adjudicatário.

As penalidades previstas no artigo 8-3 do presente CCAP continuam a ser aplicáveis durante o período em que a entidade adjudicante ou o seu representante assegurar essa responsabilidade em substituição do adjudicatário.

ARTIGO 12 - RESCISÃO DO CONTRATO

As disposições dos artigos 49 a 54 do CCAG-Travaux são aplicáveis ao presente contrato, às quais se acrescentam as seguintes disposições:

12.1 Rescisão por incumprimento das obrigações legais

O entidade adjudicante pode rescindir unilateralmente o contrato assim que for revelada a ilegalidade de uma atividade do adjudicatário (trabalho não declarado, tráfico de estupefacientes, branqueamento de capitais, fraude, terrorismo, corrupção, qualquer sanção penal, tráfico de seres humanos, etc.).

Nesse caso, o cliente pode decidir, às custas e riscos do declarante, as seguintes sanções:

- ausência do direito a indemnização;
- a retomada pela administração pública das prestações previstas no contrato;
- a rescisão do contrato, seguida ou não da celebração de outro contrato.

Os excedentes de despesas resultantes da assunção da gestão ou da celebração de outro contrato, após a rescisão, são deduzidos dos montantes que possam ser devidos ao empreiteiro, sem prejuízo dos direitos a exercer contra ele em caso de insuficiência. As eventuais reduções de despesas permanecem na posse da entidade pública.

12.2 Efeitos da rescisão

Independentemente da sua causa, a rescisão do contrato só tem efeito para o futuro. Não pode anular os serviços prestados antes da sua entrada em vigor.

Quando a rescisão é iniciada pela Entidade Empregadora, esta compromete-se a pagar ao prestador os serviços prestados e as despesas incorridas antes da receção da carta de notificação, até à data de cessação do contrato, mediante justificação, sem prejuízo de qualquer outra indemnização que possa eventualmente ser reclamada.

Além disso, cada uma das partes devolve à outra todos os elementos que tenha obtido da outra parte para a execução do contrato e que tenham deixado de ter objeto devido à rescisão.

Em caso de rescisão por falta notificada à empresa principal, esta última deverá tomar as medidas necessárias para notificar, o mais rapidamente possível, o seu subcontratante desta decisão.

ARTIGO 13 - TRABALHOS NÃO PREVISTOS

13.1 Trabalhos modificativos

Os trabalhos modificativos são regulados de acordo com o artigo 13 do CCAG-Travaux.

13.2 Excedência do montante inicial dos trabalhos

Os aumentos máximos do montante dos trabalhos em relação aos montantes contratuais iniciais são fixados em 10%. Para além destes limites, e em complemento ao artigo 14 do CCAG-Travaux, a continuação da execução dos trabalhos está sujeita à notificação de uma decisão de prosseguir por ordem de serviço da entidade adjudicante ou do seu representante ou à celebração de um aditamento.

P13.3 Serviços semelhantes

O Mestre de Obra poderá negociar com o adjudicatário, sem publicidade prévia e sem concurso, um contrato de serviços semelhantes.

ARTIGO 14 - REGULAMENTOS E LITÍGIOS

A resolução de litígios será feita de acordo com o artigo 55 do CCAG-Travaux, privilegiando uma resolução amigável.

14.1 Disposições aplicáveis em caso de adjudicatário estrangeiro

Em caso de litígio, apenas será aplicável a lei francesa. Os tribunais administrativos franceses são os únicos competentes.

A moeda das contas do contrato é o euro.

14.2 Instância responsável pelos procedimentos de recurso

As partes do presente contrato concordam que o tribunal administrativo de Paris, situado em 7, rue de Jouy - 75181 Paris Cedex 04, será competente em caso de litígio durante a execução do contrato.

ARTIGO 15 - DERROGAÇÕES AOS DOCUMENTOS GERAIS

O presente CCAP derroga parcialmente o CCAG-Travaux nos artigos abaixo indicados:

Artigos do presente CCAP	Artigos do CCAG-Travaux aos quais se derroga
Artigo 8.3	Artigo 19.2.1
Artigo 8.3.1	Artigo 19.2.3
Artigo 9.2	Artigos 41 e 42
Artigo 11	Artigo 52.1